

Minas incentiva a comercialização de produtos da economia popular solidária

Ter 10 novembro

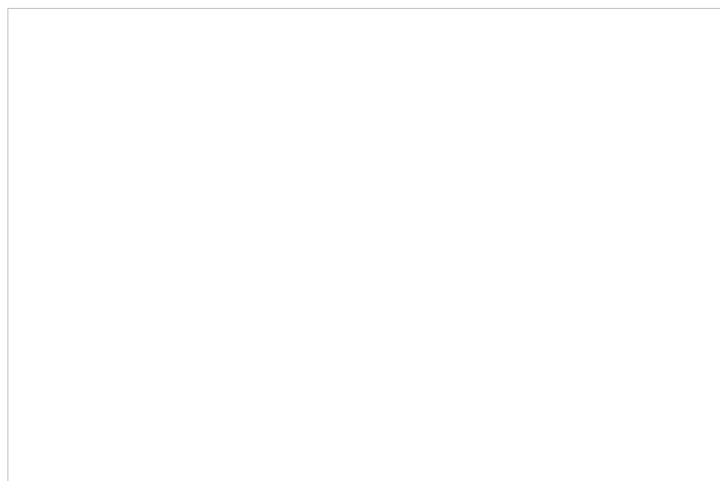
A falta de estrutura para o escoamento e a comercialização dos produtos é considerado o principal gargalo que trava a expansão da economia popular solidária em Minas Gerais. Para superar este embaraço, o Estado vai implantar, até 2018, 100 pontos fixos para a venda de itens advindos dos empreendimentos econômicos solidários.

Um deles será na Cidade Administrativa, em BH, que recebe nesta semana a 1ª Feira de Economia Popular Solidária. “Temos uma produção considerável, mas não existem locais de escoamento. Para resolver este problema de imediato, a solução é a criação de pontos fixos de comercialização”, diz o diretor de Economia Solidária e Empreendedorismo da [Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social \(Sedese\)](#), Ramon Ramalho.

A entrega de 330 barracas para que as regionais instituem 11 pontos fixos de comercialização ainda neste ano e a realização de 11 grandes feiras em 2016, sendo 10 regionais e uma estadual, também estão entre as ações para alavancar o setor.

Ramon Ramalho defende os investimentos e acredita que a economia popular solidária se torna muito mais relevante no contexto de retração econômica “porque é a forma mais barata e eficiente para gerar emprego decente”.

“Além da geração de renda, a economia popular solidária é importante para a formação do indivíduo enquanto cidadão, ajudando a superar situações de violência doméstica, por exemplo. É uma forma de combater desigualdades econômicas, étnicas e religiosas”, salienta Ramon Ramalho.



Maria da Conceição produz roscas, pães, salgados e doces e está otimista com o apoio da Sedese: “É uma oportunidade” - Crédito: Omar Freire/Imprensa MG

Força e participação popular

A feira da Cidade Administrativa acontece até esta quarta-feira (11/11). No local, os visitantes

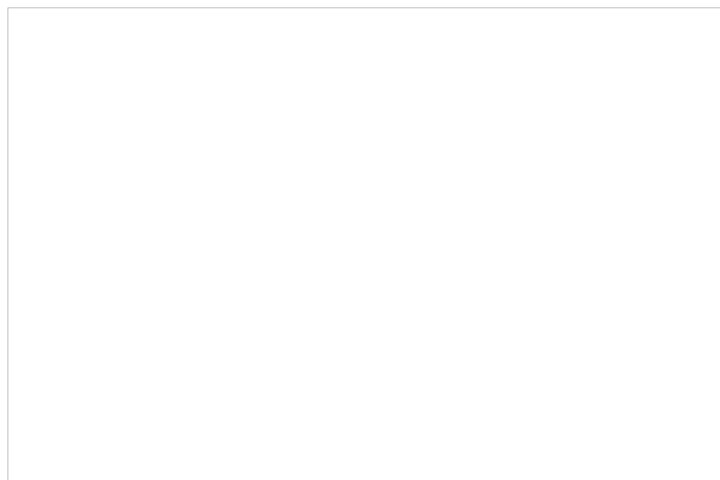
podem conferir peças de artesanato e produtos de vestuário e de alimentação orgânica. Ao todo, participam 30 empreendimentos da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do interior do estado.

Neuza Maria Ferreira é uma das integrantes da Oficina da Bolsa, um grupo de sete mulheres da capital que produzem mochilas, bolsas e capas para notebooks, tablets, livros, celular e lancheiras. “Fabricamos em nosso canto, mas temos que ter um espaço para vender. Esse é o nosso sonho. O movimento está crescendo e ficamos muitos felizes quando as portas se abrem”, conta Neuza Maria.

Do município de Vespasiano, Maria da Conceição é uma das três mulheres que compõem o empreendimento Pão da Vida, que produz roscas, pães, salgados e doces. “Está sendo muito importante estar aqui. É uma oportunidade que a Sedese está dando para a gente. Faz tempo que estamos buscando esse espaço, um ponto fixo. Isso vai melhorar e vai ser bom demais”, vislumbra Maria da Conceição.

Atualmente, Minas Gerais tem 1.188 empreendimentos econômicos solidários (estima-se que este número seja muito maior), segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies). O número representa 15% de todas as iniciativas desse tipo no Brasil. De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Fbes), o país possui a maior rede de economia solidária do mundo, com 33.518 empreendimentos.

São características dos empreendimentos solidários o fato de serem coletivos e suprafamiliares (associações, cooperativas etc.), dedicadas à realização de atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de comercialização e de consumo solidário, administradas de forma coletiva e democrática, dispondo ou não de registro legal.



Neuza Maria, integrante da Oficina da Bolsa,

expõe na Cidade Administrativa: "Ficamos felizes quando as portas se abrem" - Crédito: Omar Freire/Imprensa MG

Prioridade do Governo

A Sedese aposta na economia popular solidária como alternativa de inclusão produtiva e geração de trabalho e renda para milhares de famílias. Desde a chegada da atual administração estadual, o secretário André Quintão tem dado atenção especial ao tema, já tendo anunciado investimentos da ordem de R\$ 10 milhões em ações de inclusão produtiva.

Em maio deste ano, a pasta lançou o Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária, que vai atuar em cima de quatro eixos: a criação do Sistema Público de Economia

Solidária; o fortalecimento e organização das redes de comercialização dos produtos; a garantia de estrutura para escoamento, comercialização e trocas; e qualificação e formação continuada do empreendedor e trabalhador solidário.

Acesso às políticas públicas

O Governo de Minas Gerais aderiu ao Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol) do Ministério do Trabalho. O cadastro do empreendimento tem validade de dois anos e faz com que os registrados consigam usufruir de programas públicos de financiamento, crédito, aquisição e comercialização de produtos e serviços.

Minas Gerais, a exemplo de Rio Grande do Norte e Bahia, está entre os estados que mais têm pedidos de análise por empreendimentos interessados. Para participar, o empreendimento deve solicitar o cadastramento por meio de formulário eletrônico ([clique aqui](#)).

Gerido em nível nacional pelo Conselho Nacional de Economia Solidária e pela Secretaria Nacional de Comércio Justo e Solidário, o Cadsol é um requisito obrigatório para que os empreendimentos econômicos solidários estejam devidamente inseridos no Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária e no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. É uma forma de contabilizar estatisticamente a quantidade de empreendimentos, suas características, capacidade produtiva e abrangência territorial.